



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 27 de fevereiro de 2025 –**

**Local: Auditório da Secretaria da Assistência Social**

**Data: 27 de fevereiro de 2025**

**Horário: 9h00**

1 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco com início às nove  
2 horas, ocorreu, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, a  
3 reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
4 Londrina – CMDCA. Justificativas de ausências dos conselheiros: Rosângela Radis,  
5 Nayara Chaeenn Costa Pescador, Roseli Rodrigues de Souza, Ricardo Alves Vilela,  
6 Alexandra Alves José, Kawanna Cristina de Lima, Patricia Baltieri, Maryane Camillo,  
7 Após cumprimentar os conselheiros e acolher os participantes pela primeira vez na  
8 reunião, o presidente Claudio Marcio de Melo apresentou a seguinte proposta de pauta  
9 solicitando que ordenássemos por prioridade. **1. Apresentação e aprovação da proposta**  
10 **de pauta; 2. Apreciação e aprovação da Ata da reunião ordinária do dia 13/02/2025; 3.**  
11 **Relato da Diretoria Executiva; 4 . Deliberação sobre o manifesto do CMDCA referente à**  
12  **fusão das Secretarias Municipais de Assistência Social, Idoso e Políticas para Mulheres;**  
13 **5. Relato das ações executadas no Estágio de Psicologia nas unidades do Conselho**  
14  **Tutelar; 6. Recomposição de Comissões e planejamento de atividades; 7. Relato de**  
15  **Comissões; 8. Relato do Conselho Tutelar referente à participação no 13º**  
16  **CONGRESSUL; 9. Informes.** O presidente colocou em aprovação a proposta que foi  
17 aprovada por unanimidade. **2. Apreciação e aprovação da Ata da reunião ordinária do**  
18  **dia 13/02/2025.** Não havendo considerações ou adendos, a ata com uma abstenção foi  
19 aprovada por unanimidade. **3. Relato da Diretoria Executiva.** A Secretária Executiva Ruth  
20 Piveta fez os apontamentos dos assuntos destacados e trabalhados pela mesa diretora.  
21 A) Reunião com SMRH para alinhamento e encaminhamentos quanto a questões do CT;  
22 B) Reunião com secretária de assistência social; C) apresentação inicial das atividades  
23 e demandas do CMDCA; D) Enviado Ofícios ao Prefeito solicitando Criação do Comitê  
24 de Elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância e agenda de reunião com o  
25 CMDCA; E) Processo contratação formação SIPIA – o processo licitatório teve empresa  
26 Classificada, que está em processo de recebimento de documentação; F) Imóveis  
27 doados ao FMDCA - foi aberto processo judicial pela Procuradoria Geral do Município,  
28 para cumprimento do referido testamento, a fim de que possam ser iniciados os trâmites  
29 legais para o recebimento dos imóveis descritos. **4. Deliberação sobre o manifesto do**  
30  **CMDCA referente à fusão das Secretarias Municipais de Assistência Social, Idoso e**  
31  **Políticas para Mulheres.** O Presidente Claudio Melo iniciou lembrando a criação de  
32 uma comissão temporária para a elaboração de um ofício pertinente ao manifesto. Foi  
33 solicitado ao participante Fábio Sato realizar a leitura do documento elaborado e  
34 anexado a presente ata. Colocada em votação a carta com uma abstenção foi aprovada  
35 por unanimidade e será noticiada para um mailing de instituições e secretarias e órgãos  
36 relativos. O presidente Claudio Melo retomou o destaque de que a Diretoria Executiva  
37 tem como orientação que as decisões sobre pedidos de manifestação do CMDCA são  
38 realizadas pela plenária, para que todo e qualquer tema para o qual o conselho seja  
39 solicitado a manifestar-reflita o parecer do coletivo de conselheiras e conselheiros de



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 27 de fevereiro de 2025 –**

40 direito. O conselheiro de direitos José Wilson destaca que a responsabilidade por  
41 manifestações deve ser atribuída à plenária do CMDCA, e sugere um rito sobre  
42 questões dessa natureza a ser trabalhado via grupo de WhatsApp como um canal de  
43 comunicação para validação de temas urgentes e emergentes com risco iminente e/ou  
44 situações que não poderiam ter aguardar reunião ordinária ou realizar uma  
45 extraordinária. A conselheira Sílvia Alapanian sugere que as manifestações do CMDCA  
46 sejam preferencialmente emitidas após deliberação em reunião, mantendo-se o canal  
47 de comunicação do Whatsapp como possibilidade para situações excepcionais. A  
48 conselheira tutelar Bruna Moura aproveita o momento para trazer à plenária do CMDCA  
49 a questão da morte de um adolescente e um jovem ocorrida na Bratac, informando a  
50 indignação da população e a manifestação dos movimentos sociais que tem ocorrido.  
51 Como encaminhamento foi sugerida a criação de um grupo de trabalho composta pelos  
52 conselheiros de direitos Sílvia, José Wilson, CT Carla para elaboração de uma carta  
53 manifestado sobre a violência e letalidade de adolescentes que ocorreram no município  
54 de Londrina. Este encaminhamento foi aprovado com uma abstenção. **5. Relato das**  
55 **ações executadas no Estágio de Psicologia nas unidades do Conselho Tutelar.** A  
56 professora Ana Claudia Barbosa Roosli do Departamento de Psicologia Social da UEL  
57 apresentou os trabalhos de estágio realizados no último semestre letivo, bem como o  
58 projeto de pesquisa que foi aprovado pela universidade e será realizado junto ao  
59 Conselho Tutelar, conforme documento anexo, refletindo sobre o trabalho real com uma  
60 escuta qualificada para que a construção de um fluxo de trabalho pudesse ser criado e  
61 com isso conhecer o trabalho do conselheiro tutelar em sua relação com a saúde,  
62 possibilitando a criação de novas normas e estratégias para cumprir os compromissos  
63 de trabalho, num contexto de singularidades, dificuldades e imprevistos. A conselheira  
64 de direitos Adriana Azevedo que faz parte da comissão de acompanhamento do CT  
65 destaca também a importância sobre o acompanhamento psicológico, como um  
66 aspecto importante para fortalecer o profissional. **6. Recomposição de Comissões e**  
67 **planejamento de atividades.** A secretária Executiva Ruth Piveta apresentou a  
68 necessidade de recomposição de algumas comissões em razão da saída de alguns  
69 conselheiros. O presidente Claudio Mello destaca a importância da consciência de todos  
70 os conselheiros para sua corresponsabilidade em participar das obrigações do  
71 conselho, desencadeando paralisação dos trabalhos e com isso, impactando o objeto  
72 principal do conselho: crianças e adolescentes. Daniela Parra manifesta interesse em  
73 integrar a comissão de cadastro. Entre as ações de planejamento de atividades, Ruth  
74 relata que foi enviado um questionário via “google forms” sobre o tema, onde  
75 dificuldades e desafios encontrados em 2024. **7. Relato de Comissões.** a) Comissão  
76 de Cadastro. Fernanda fez a leitura das conclusões das dificuldades enfrentadas e  
77 proposta de trabalho para 2025. b) Comissão de Monitoramento relata a dificuldade da  
78 composição, pois ocorre a ausência de vários membros para a realização dos trabalhos.  
79 c) Comissão de Divulgação. Aline destaca que em alguns momentos a comissão tem  
80 ações e que são formados grupos de trabalho para que a organização dos eventos  
81 possa acontecer adequadamente. Destaca a dificuldade para que o grupo possa  
82 realizar os trabalhos, pois não tem havido participação dos membros da comissão,  
83 sendo o maior desafio enfrentado pela comissão. d) Comissão de Legislação. José



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 27 de fevereiro de 2025 –**

84 Wilson destaca a necessidade de prontidão para condução dos temas que chegam na  
85 comissão. Em breve, o grupo apresentará a proposta para a alteração da Lei do  
86 CMDCA, que está sendo revisada. e) Comissão de Acompanhamento. A conselheira  
87 Silvia apresentou dos trabalhos realizados em 2024 e destaca a dificuldade do grupo no  
88 último semestre, mas foi um ano muito ativo com formação e posse de novos  
89 conselheiros. Evidenciou a necessidade e desafio da revisão da territorialidade dos  
90 Conselhos Tutelares. f) Comissão de Fundos O conselheiro de direitos Paulo Libano  
91 comenta sobre os desfalques que a comissão enfrenta diante do fluxo de trabalho dos  
92 integrantes. **8. Relato do Conselho Tutelar referente à participação no 13º**  
93 **CONGRESSUL.** A conselheira tutelar Carla Gimenez iniciou apresentando o que  
94 representa o CONGRESSUL, local onde discute o que se tem vivenciado em todos os  
95 estados integrantes, a importância do trabalho em parceria do CMDCA com Conselho  
96 Tutelar e que ocorre a cada dois anos. Trouxeram um destaque curioso em que  
97 exemplos de cases do Paraná foram de municípios bem menores e que estão  
98 vivenciando questões mais primárias se comparadas ao estágio que Londrina está  
99 vivenciando no momento, inclusive com participação de representantes de conselhos  
100 de direitos, secretárias de assistência social de municípios. Outro aspecto importante  
101 sobre a Lei Henry Borel, pois trata-se de algo novo e é um assunto importante para ter  
102 melhor compreensão da dimensão da lei e os impactos que possam existir. **9. Informes.**  
103 A Conselheira tutelar Bruna Moura informa que haverá um manifesto no dia 1º de março,  
104 no calçadão, em frente à loja Pernambucanas, com panfletagem de material com dados  
105 sobre a questão da letalidade policial, realizado pelo grupo Justiça por Almas. O CMDCA  
106 foi convidado para participar junto ao Conselho Tutelar para uma fala, no dia 12 de  
107 março, no CRAS Norte A. Ruth sugere a participação de um membro da comissão de  
108 acompanhamento do Conselho Tutelar. A Secretaria de Assistência concluiu um Aditivo  
109 de Recursos para a construção das creches que havíamos aderido em 2024. O valor  
110 passa de R\$ 1.304.492,16 para R\$ 1.994.362,02 por creche, uma conquista importante  
111 para a realização dos trabalhos. Não havendo informes ou outros assuntos a tratar, eu,  
112 Denise Morselli Fernandes Caldeirão, na qualidade de Conselheira de Direitos e 1ª  
113 secretária, lavrei a presente ata.